

ILDIKÓ HAFFNER

INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DO BILINGUISTO NA PENÍNSULA IBÉRICA A PARTIR DO SÉCULO XV – ATÉ AO SÉCULO XVII

I. Introdução

No século XV e XVI a aristocracia portuguesa cultivou o bilinguismo como rasgo distintivo de cultura e de alta classe social. Este bilinguismo explica-se por múltiplos factores: nesta época entre Portugal e a Espanha estabeleceu-se uma simbiose cultural e os matrimónios contribuem para a hispanização profunda da Corte Portuguesa. A gente falava tanto mais o castelhano quanto mais subia de nível social. O português fora usado anteriormente por poetas líricos de toda a Península na poesia galaico-portuguesa e agora, pouco a pouco a sua irradiação começa a ser atenuada. Os modelos e o poder criador vêm de Castela. Mesmo ao usar a sua língua materna, os portugueses adoptam os costumes, os gostos e o estilo dos espanhóis. Na corte a língua usada para as ocasiões festivas, poesia, canções e peças teatrais foi o castelhano, que se difundiu mesmo na vida quotidiana com a presença dos nativos na Corte.

O intercâmbio das experiências culturais resultou na impregnação linguística do castelhano na literatura portuguesa clássica. Os exemplos mais claros das suas possíveis consequências para a língua portuguesa pertencem ao vocabulário: são empréstimos lexicais, mas representam evidência de uma influência sobre a língua também: uso dos clíticos, aspectos sintáticos, etc.

Esta influência, porém, ficou unilateral, porque a impregnação portuguesa não apareceu em Castela. Apesar da imprensa espanhola ter produzido livros em grande quantidade, os portugueses publicaram as suas obras em Portugal. Muitas vezes estas obras foram escritas no castelhano de Portugal, uma versão considerada dialectal com interferências, lusismos da língua materna dos autores.

O bilinguismo prevalece na história da cultura portuguesa desde os meados do século XV até aos começos do século XVIII, o momento no qual se extingue a última geração educada antes da época da Restauração de 1640, formada no contexto da política espanhola.

O interesse central da minha investigação é o desenvolvimento e consequências das influências do bilinguismo tendo como corpus principal textos produzidos em Portugal durante o século XVI.

II. Contexto histórico

Como ponto de partida traçamos um perfil sobre o quadro histórico-cultural da época marcada.

II.1. A situação em Portugal

Por volta de 1350 extingue-se a escola literária galaico-portuguesa e a gravidade do reino independente de Portugal desloca-se para o Sul¹. A tradição antiga manifestada no campo literário (cantigas dos trovadores, o grande número de documentos do Norte de Portugal) rompe-se com a independência de Portugal, e o português, já separado do galego por uma fronteira política torna-se a língua de um país cuja capital é Lisboa.

Em relação à língua os factos mais importantes são os seguintes: depois do fim do século XIII Dom Dinis legaliza a língua portuguesa como língua oficial e o Paço aparece como mecenato da vida literária. Embora os países avançados da Europa Ocidental entrem na fase moderna, as ideias do humanismo e renascimento surjam e apareça uma camada social mercantil e burguesa, Portugal e Espanha estão em atraso em relação ao resto da Europa Ocidental. Entretanto, como consequência dos descobrimentos a área lusófona aumenta. É neste contexto que surge uma crise económica e política a partir de meados do século XVI. Os casamentos com princesas castelhanas tiveram como efeito uma certa ‘castelhanização’ da Corte, a maioria dos escritores escreve em duas línguas.

Os efeitos mais importantes destas mudanças têm sido, por toda a parte, mudanças no ambiente cultural: com a anexação de Portugal aos domínios de Castela o castelhano é adoptado em Portugal como língua da moda na Corte. Paralelamente nota-se uma ruptura no uso da língua portuguesa e a tradição da antiga cultura portuguesa mergulha na obscuridade.

II.2. Contexto linguístico

Se examinarmos o ambiente linguístico do século XVI é possível observar uma diferença marcada do destino das duas línguas. O castelhano passa por um processo de homogeneização das formas de escrita que inclui uma norma instituída. Já nos fins do século XV aparecem os gramáticos que codificam tanto a grafia como a gramática, assim, o castelhano tem cedo o estatuto de língua da ciência e de língua da cultura da Península.

Em contrapartida o português não passa por um processo de legitimação precoce. Na Idade Média o latim era a língua das universidades e assim permanece após o renascimento como língua das ciências, ao contrário do que ocorre com as outras línguas da Europa. A língua não encontra instrumentos padronizadores, o que pode tê-la conduzido ao estado de desprestígio. Os primeiros gramáticos:

¹ Teyssier (2001: 35)

Fernão Oliveira e João de Barros² aparecem no século XVI, eles introduzem a norma instituída mas a valorização dos idiomas vulgares frente ao latim constituía heresia, e as obras apareceram na lista das obras proibidas do Santo Ofício.

A norma proposta pelos primeiros gramáticos sugeriu formas fonéticas, porém, a linha etimológica prevalece ao longo dos tempos posteriores. A língua só recebe uma normatização ortográfica com o advento da imprensa.

II.3. O prestígio das duas línguas durante o período do bilinguismo

Os factos até agora discutidos já indicam a diferença do prestígio do castelhano e do português. Graças à dimensão literária espanhola, a língua espanhola serve de modelo e é considerada de maior clareza e tradição erudita que o português.

Frente ao castelhano a lírica trovadoresca em galego-português atenua-se e os poetas portugueses adoptam o idioma castelhano. Esta influência da língua e da cultura castelhana sobre Portugal conduz a uma castelhanização da corte, porém a infiltração castelhana serviu os interesses da classe dominante portuguesa. Paul Teyssier aponta que o prestígio do castelhano pode ser traçado até ao século XIII, as universidades castelhanas mais famosas atraíram os filhos das elites sociais, e o castelhano aparece como língua de moda na corte³. A popularidade das universidades castelhanas, especialmente Salamanca, reforça a unidade de uma cultura única peninsular. De todo modo este processo gradual significa uma ameaça para a consolidação do português como língua nacional.

É possível observar também que o uso do castelhano não é relacionado com um espírito antipatriótico: mesmo a literatura escrita em louvor à autonomia de Portugal está escrita em castelhano.

III. O fenómeno do bilinguismo

Quando uma comunidade usa duas línguas diferentes, o uso das duas línguas é limitado a situações bem definidas. Os falantes bilingues dispõem de dois sistemas gramaticais com dois vocabulários e sistemas de regras. Naturalmente, neste caso, as formas semelhantes muitas vezes devem-se à origem latina comum, mas podemos descobrir casos claros de confusão dos dois códigos. As consequências linguísticas do bilinguismo incluem: interferência, alternância de código, empréstimos e convergência.

Os escritores portugueses bilingues do século XVI escrevem nos dois idiomas: o bilinguismo de Gil Vicente, Sá de Miranda e de Diogo Bernardes adquire uma especial significação para recrear um contexto histórico. O objectivo do uso de

² OLIVEIRA, Fernão, *Grammatica da lingoagem portuguesa*, 1536; BARROS, João de, *Grammatica da lingua portuguesa*, 1539–1540.

³ Teyssier (1959: 45)

várias línguas serviu fins deliberadamente estéticos para caracterizar o idiolecto das personagens ou para expressar sentimentos de qualquer tipo.

III.1. A motivação sociolinguística da mudança

Adaptando os critérios definidos da motivação sociolinguística da mudança por Labov⁴, na situação do século XVI na Península Ibérica podemos dizer que as mudanças começaram na Corte, numa comunidade relativamente pequena e primeiro afectaram um pequeno número de entidades lexicais. O processo de generalização aconteceu com muitas irregularidades. No nosso caso de interferências mútuas (lusismos no espanhol e espanholismos no português) a transformação não alcançou o nível de regularidade, assim ficou esporadicamente realizada. Semelhantemente aos falantes de Labov no seu estudo sobre Martha's Vineyard, no caso do século XVI os portugueses também ligam os códigos à atitude social.

No âmbito de Labov, a naturalidade e motivação linguística jogam um papel importante na determinação dos “variáveis” na fala actual. Mas um passo muito importante é a selecção duma partícula para uma generalização ulterior. Este processo é governado por factores não-linguísticos, geralmente factores sociais. A mudança linguística é governada por dois factores⁵: por um lado há naturalidade, estrutura e função, que produz a matéria-prima para a mudança. Por outro lado há um elemento social que escolhe arbitrariamente algum dos processos motivados linguisticamente para a generalização e marca sociolinguística.

A impregnação da cultura castelhana inicia-se com as rainhas castelhanas na Corte portuguesa e esta cultura exerce fascínio sobre os portugueses. A clareza e eloquência do castelhano motivam o uso das formas mais prestigiadas e cultas. Pouco a pouco um processo diglósico instaura-se, uma situação linguística em que, duas línguas coexistem. Além disso, o uso de um ou de outro depende da situação comunicativa. Há diferenças e divisão de papéis entre os dois registos: um deles, de maior prestígio, é geralmente usado em circunstâncias mais formais, enquanto o outro, de menor prestígio social, fica restrito a ambientes informais. A língua vernácula portuguesa passa a ser considerada como língua doméstica, como falar regional e começa a ter um estatuto de língua oral como por exemplo o galego em Espanha. Mesmo se o amor ao idioma materno se mantivesse, a opção de escrever numa língua estrangeira (castelhano) é motivada pelo desejo da universalidade. Mesmo os defensores portugueses da independência portuguesa expõem as suas ideias em espanhol para dar maior ênfase.

⁴ Hock (1991: 647)

⁵ Hock (1991: 655)

III.2. As conseqüências linguísticas do bilinguismo

O contacto das duas línguas resulta no intercâmbio das experiências culturais. As conseqüências linguísticas do bilinguismo podem ser divididas em dois grupos:

1. castelhanismos no português, quando algum aspecto do espanhol contamina a fala portuguesa ou causa interferências
2. lusismos no castelhano: especialmente no castelhano de Portugal infiltram-se arcaísmos, fenómenos comuns no português do tempo

O que dificulta a determinação dos dois códigos é a maior proximidade das duas línguas no tempo tanto estruturalmente como lexical- e sintacticamente.

Vamos salientar aqui um exemplo para cada área linguística onde as interferências podem ser demonstradas.

III.2.1. Castelhanismos no português

A área da fonética não sofreu modificações significativas durante os dois séculos do bilinguismo luso-espanhol e a evolução do português seguiu o seu próprio ritmo. Em contrapartida, a língua espanhola evoluiu numa direcção completamente diferente e sofreu mudanças fundamentais durante os séculos XVI – XVII.

Na área da morfologia é possível capturar um exemplo bem marcado para a impregnação espanhola como Teyssier aponta⁶: por exemplo o emprego do ‘a’ pessoal em português clássico: *a funda de David derrubou ao gigante* (António Vieira, século XVII)⁷. Os exemplos mais claros pertencem à área do vocabulário⁸: podemos ver empréstimos lexicais: como *barruntar*, *bobo*, *congosa*, *gana*, *graniço*, *bolero*, *castanhola*, *caudilho*, *gado*, *moreno*, *galã*, *pandeiro* e influência clara no caso de certas palavras: *castelão* é substituída por *castelhano*; *cavaleiro* por *cavalheiro*; *fronfe* por *frente*; *Badalhouce* por *Badajoz*.

Às vezes vemos também um uso de palavras castelhanas em vez de portuguesas: *a poer a ceja em direito* (Gil Vicente)⁹. A palavra *ceja* em vez do português *celha* no texto português expressa mais do que um simples hispanismo. A protagonista usa a palavra espanhola para justificar a sua situação distinguida, para acentuar as esferas elevadas. Teyssier supõe que o mesmo fenómeno aparece quando certos galicismos entram no português moderno: por exemplo: *rouge*¹⁰.

Sabemos que a evolução histórica resultou numa divisão sintáctica nalguns aspectos. Espanhol e português medievais mostram características semelhantes na área da colocação dos clíticos, as versões modernas das duas línguas já diver-

⁶ Teyssier (2001: 72)

⁷ Vieira (1905–09/I: 29)

⁸ Teyssier (2001: 72)

⁹ Copilaçam (1983/II: 343)

¹⁰ Teyssier (1959: 405)

gem nestas propriedades. A pesquisa minuciosa é capaz de descobrir índices para a evolução posterior: como por exemplo o uso mais difundido da mesóclise nos textos portugueses e próclise em vez da mesóclise (futuro/condicional).

Nas línguas românicas a posição dos clíticos face ao seu hospedeiro final obedece a dois padrões fundamentais: próclise e ênclise. A mesóclise é uma alternativa à ênclise em orações com verbos no futuro e no condicional. Hoje a escolha não é livre, há condições que determinam obrigatoriamente a ordem cl-V/V-cl/V-cl-desinência.

Porém no século XVI as regras para a colocação dos clíticos ainda não foram definidas. Segundo Martins¹¹ a ênclise foi o padrão dominante nos séculos XIII e XIV, evoluindo para o uso maioritário da próclise nos dois séculos seguintes para no século XVII se verificar uma regressão no uso da próclise, tornando-se a ênclise preferencial. Duarte e Matos¹² liga a colocação dos clíticos ao processo da aquisição da língua e sublinha que a ênclise aparenta ser a colocação mais natural e preferível para os clíticos no português europeu contemporâneo.

Em português a ordem cl-V é regular em orações subordinadas, em orações não dependentes negativas e em orações não dependentes introduzidas por sintagmas “qu”, sintagmas focalizados, quantificadores e certos advérbios. O português moderno e antigo diferem no que diz respeito à necessidade ou não de adjacência entre clítico e verbo nestes contextos. Em contraste com o português moderno, podemos também encontrar exemplos para a interpolação (quando as versões antigas admitiam que os clíticos pré-verbais ocorressem separados do verbo por diversos constituintes, como isso era possível no espanhol medieval: *Este é o dedal do menino | que me tu aqui trazias*¹³).

III.2.2. O castelhano de Portugal mostra lusismos

Como já foi dito, entre as duas línguas do tempo existia uma diferença menos significativa tanto na fonética como na morfologia e na sintaxe e muitas expressões correspondiam-se. Mesmo se os dramaturgos educados na Corte bilingue dispusessem de certa facilidade nas duas línguas às vezes apareciam confusões ou analogias.

Na área da fonética e fonologia sabemos que o espanhol dos portugueses foi pronunciado com sotaque local onde é fácil encontrar casos para a confusão de *l* e *r* depois duma consoante: *cumplir/ cumprir*. Esta confusão pode ser influência do sayaguês (a tradição literária do teatro rústico espanhol: castelhano rústico de Sayago, na província de Zamora) ou lusismo também.

¹¹ Martins (1994 : 273)

¹² Duarte e Matos (2000: 138)

¹³ Copilaçam (1983/II: 554)

Além da palatalização $l > ll$; $n > ñ$ (influência dos dialectos ocidentais espanhóis: *llinaje, pallavras, callente; ñacimiento, boñito, coñoces*) igualmente encontramos palavras espanholas escritas à portuguesa: *maravilhas, entranhas*¹⁴.

Entre os traços característicos para a interferência na área da morfologia encontramos uma confusão de pro/per: em castelhano *pro* substituído por *per* “*perfecías / profecías*”, *preguntar / perguntar*. Às vezes aparece uma vacilação entre géneros *el color / la color / a cor*.

Um exemplo claro para o lusismo no vocabulário pode ser *naturaleza* substituída por *natureza* nos textos espanhóis de Gil Vicente. Não sabendo como exprimir em castelhano o sentimento característico *saudade*, os escritores bilingues forjam a nova palavra *saludad*¹⁵.

Nos dois idiomas antigos podia-se usar muy/ mui; mucho/ muito antes de um adjectivo e independentemente como advérbio. Hoje cada língua deu preferência a um dos dois usos e vemos uma distinção clara entre a forma apocopada e a forma plena. O espanhol opta por *muy bueno* e o português por *muito bom*. Nas obras de Gil Vicente tanto a forma apocopada como a forma plena são igualmente usadas. Examinando a obra de Torres Naharro, poeta popular da mesma época por exemplo, vemos que a opção *muy* já começou a ganhar preferência. Assim, nos casos quando os autores portugueses optam por *muito + adjectivo* podemos capturar um lusismo.

Na área da sintaxe é mais difícil capturar as interferências por várias razões. Português e espanhol ficaram muito mais perto um do outro no início do século XVI que hoje. O único exemplo claro é o infinitivo flexionado, como Paul Teyssier identifica na sua obra referencial sobre a língua de Gil Vicente¹⁶.

Na posição dos clíticos ainda encontramos uso de ênclise nas frases principais. A mesóclise já está ausente do espanhol do séc. XVI, mas aparece nos textos castelhanos dos portugueses. Encontramos exemplos para a interpolação, separação do clítico do verbo que também pode ser considerada como lusismo ou arcaísmo.

A diferença mais patente é o uso da ênclise nas frases principais. Por exemplo Gil Vicente usa-a muito mais frequentemente no seu espanhol do que os autores espanhóis do tempo: *Auto de la Barca de la Glória*: 8 frente a *Primera Égloga* de Juan del Encina: 2 ocorrências – aqui aparece um lusismo¹⁷. A mesóclise também aparece nestas duas obras apesar de já estar ausente da língua espanhola do século XVI. Esta estrutura pode ser considerada como um instrumento para obter eloquência no estilo com o seu timbre arcaico.

14 Teyssier (1959: 57)

15 Teyssier (2001: 37)

16 Teyssier (1959: 379)

17 Haffner 1999, Tese de Licenciatura (MA) não publicada

IV. A transição para o português moderno

As circunstâncias histórico-culturais que caracterizam o período examinado determinam também outras fontes de empréstimos. Além da influência castelhana, as obras da Antiguidade serviram também de fonte para empréstimos eruditos, a expansão portuguesa na Ásia e na África contribuiu para a evolução do português, e palavras provenientes do francês incorporaram-se ao léxico do português deste tempo.

A partir de meados do século XVIII um processo institucionalizado de normatização começou. O português como língua oficial é ensinado nas escolas e recebe instrumentos normalizadores sistemáticos. Segundo a reforma pombalina, após um decreto de 1770 o português torna-se a língua oficial do Brasil e começa uma instituição de uma política linguística bem definida. Também para as outras colônias o português torna-se a língua oficial e difunde-se a instituição da língua portuguesa nos domínios de além-mar. Como visto, ao contrário do castelhano que tem a sua grafia padronizada desde o século XV, a grafia portuguesa precisa esperar até meados do século XVIII para receber uma padronização instituída.

Bibliografia

- Copilaçam de Todas as Obras de Gil Vicente*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 1983/I-II
- CUESTA, Pilar Vásquez, *Língua e a Cultura Portuguesa no tempo dos Filipes*, Lisboa, Publicações Europa-América 1986.
- DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela, „A Colocação dos clíticos em português europeu e a hipótese minimalista“, in *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Évora, Outubro de 1994.
- DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela, „Romance Clitics and the Minimalist Program“, in *Portuguese Syntax, New Comparative studies*, COSTA, João (ed.), Oxford, Oxford University Press 2000.
- HAFFNER, Ildikó, *A colocação dos clíticos nas obras de Gil Vicente*, Tese de Licenciatura (MA) não publicada, Budapeste, Universidade ELTE de Budapeste 1999.
- HARRIS, C. Alice; CAMPBELL, Lyle, *Historical syntax in cross-linguistic perspective*, Cambridge, Cambridge University Press 1995.
- HOCK, Hans Heinrich, *Principles of Historical Linguistics*, Berlin-New York, Mouton de Gruyter 1991.
- KAYNE, Richard S., „Null Subjects and Clitic Climbing“, in *The Null Subject Parameter*, JAEGLI, Osvaldo; SAFIR, Kenneth J., Dordrecht-Boston-London, Kluwer Academic Publishers 1989.
- LIGHTFOOT, David W., *Principles of Diachronic Syntax*, Cambridge-London-New York-Melbourne, Cambridge University Press 1972.
- LOBO, Tânia, *A colocação dos Clíticos em Português, duas sincronias em confronto*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras 1992.
- MADEIRA, Ana Maria, „On Clitic Placement in European Portuguese“, in *UCL Working Papers in Linguistics 4*, VAN DER KOOT, Hans (ed.), London, University College 1992.
- MARTINS, Ana Maria, „From unity to diversity in Romance syntax. A diachronic perspective of clitic placement in Portuguese and Spanish“, in *Aspects of Multilingualism in European Language History*, BRAUNMÜLLER, Kurt; FERRARESI, Gisella (eds.), Amsterdam-Philadelphia, Benjamins 2003.

- MARTINS, Ana Maria, *Clíticos na História do Português*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras 1994.
- Teatro español anterior a Lope de Vega*, Hamburgo Librería Federico Perthes 1832.
- TEYSSIER, Paul, *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá de Costa 2001.
- TEYSSIER, Paul, *La Langue de Gil Vicente*, Paris, Klincksieck 1959.
- VIEIRA, António, „Sermão de Santa Catarina“, in *Sermões*, Porto 1905–09.

Abstract and keywords

The aim of the present paper is to give a historical and linguistic overview of the peculiar bilingual period in the Iberian Peninsula in the 16th and 17th centuries, followed by historical, cultural and social background describing language behaviour, language contact phenomena and the mutual interference between the two languages: Spanish and Portuguese. By pointing out the most interesting examples in the area of phonology, morphology, syntax and vocabulary we wish to show the Spanish influence on the Portuguese and the Portuguese influence on the Spanish used by the Court in Lisbon.

Bilingualism, historical linguistics, 16th and 17th century Spanish and Portuguese, language interference, language development, clitic placement

